

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL EM OLINDA: HORIZONTES
PARA A CONSERVAÇÃO DE CIDADES TOMBADAS

Norma Lacerda Gonçalves (UFPE)

Sílvio Mendes Zancheti (UFPE)

Eliane Lordello (UFPE)

O Patrimônio Histórico como Representação Social em Olinda: Horizontes para a Conservação de Cidades Tombadas

Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir para a discussão de representações mentais endereçadas às cidades históricas tombadas. Respaldo na Teoria das Representações Sociais, estudadas por Serge Moscovici, o artigo versa especificamente sobre a representação social de patrimônio histórico, tendo por recorte o Sítio Histórico de Olinda, institucionalizado, em 1982, como Patrimônio da Humanidade. Teve como fundamento os resultados de pesquisa aplicada entre moradores da Região Metropolitana do Recife acerca desse sítio histórico, cujas estatísticas e depoimentos são apresentados e discutidos à luz da referida Teoria. A indagação inicial condutora da pesquisa empírica –o quê mobiliza o desejo de conservar tal cidade?– e as questões que dela se desdobraram, bem como as reflexões dos resultados, levaram a ampliar o debate. Tal abrangência se estendeu no sentido de apresentar para discussão a metodologia utilizada para responder a essa indagação, bem como: os conceitos adotados (por exemplo: valor), as reflexões sobre a articulação destes com a representação social de patrimônio e os desafios e perspectivas, na conjuntura atual, para as cidades históricas tombadas, sob a ótica da participação das representações nesse quadro.

Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para a discussão de representações sociais endereçadas às cidades históricas tombadas, mais particularmente ao Sítio Histórico de Olinda, tendo como fundamento os resultados da pesquisa direta aplicada entre os moradores da Região Metropolitana do Recife (RMR), cujos resultados estatísticos e depoimentos são apresentados e discutidos à luz da Teoria das Representações Sociais. A indagação inicial condutora da pesquisa empírica – o que mobiliza o desejo de conservar tal cidade?– e as questões que dela se desdobraram, bem como as reflexões sobre os resultados, levaram a ampliar o debate.

Tal abrangência orientou a organização deste texto, fazendo com que fossem apresentados para discussão: (i) os conceitos adotados, notadamente o de conservação, bem como as reflexões sobre a articulação desses com a representação social de patrimônio e (ii) os resultados da referida pesquisa direta –expondo, inicialmente, o método utilizado para, em seguida, interpretar o conjunto das respostas às questões formuladas aos habitantes da referida metrópole.

Assim, o estudo detecta e aquilata a importância conferida a Olinda pelos habitantes da RMR, almejando alcançar o móvel do desejo, entre os mesmos, por sua conservação. Como se verá, a sondagem chega ao mais particular dos níveis, indagando, inclusive, o quanto o indivíduo se disporia a investir nessa finalidade.

Patrimônio histórico: uma representação social

Como é possível conservar o patrimônio histórico diante da necessidade de constante adaptação da vida cotidiana, neste tempo que parece correr cada vez mais veloz? Uma das formas de contribuir para o enfrentamento desse problema é apreendê-lo como uma representação social. As representações sociais são explicadas por Moscovici em termos que inserem o senso comum, inclusive demonstrando sua função nas comunidades. Eis o que pode ser visto nas palavras com que o próprio psicólogo define as representações.

“Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social” (Moscovici, 2004, p.21).

Como se verá adiante quando da exposição dos resultados da pesquisa, o termo patrimônio histórico é já uma ordem orientadora, um código nomeante e classificador, nos moldes acima definidos por Moscovici. Assim é que ele povoa o senso comum, onde circula pejado de significações, tais como as que adiante serão expostas na forma de tabelas.

Resta destacar o quão benéfico parece o fato de esse termo já constituir uma representação social circulante no senso comum. É um benefício porque a própria valorização de patrimônios históricos demanda de modo imprescindível que esse conhecimento imbua o senso comum e seja por ele valorizado.

Estudar as representações sociais, segundo Moscovici, é, em substância, valorizar o conhecimento contido no senso comum. Tal posicionamento se encontra na reflexão de Durham (1984, p.24):

“[...] o conhecimento do senso comum constitui elemento importante para uma atuação que se proponha a atingir um público o mais amplo possível, pois é reconhecendo o senso comum que podemos estabelecer uma comunicação com a população.

Isto é relativamente fácil, uma vez que o senso comum não está presente apenas nos outros, no público externo – todos nós possuímos uma certa dose dele, que adquirimos em nossa vivência social”.

Nesse sentido, pesquisar as representações sociais de patrimônio histórico, junto a uma população, é um esforço por fazer dialogar o senso comum do pesquisador com aquele vigente entre o público pesquisado. Todavia, antes de passar à pesquisa, propriamente, é importante abordar alguns conceitos que fundamentam essa investida.

O patrimônio histórico pode ser compreendido, genérica e sumariamente, como o conjunto das obras e artefatos reconhecidos por seu valor de historicidade. Constitui, portanto, uma instância partícipe da composição do conjunto maior que é o patrimônio cultural. Este, por sua vez, encaminha o patrimônio de uma dada cultura ao contexto mundial. Assim, insere aquela cultura na diversidade cultural, o que em tempos globalizados se dá de forma mais rápida, dada à capilaridade da informação virtual.

Na atualidade globalizada e cibercultural, marcada pela permeabilidade da informação e seu alcance em âmbito planetário, o conhecimento do patrimônio histórico de um povo circula veloz para os mais diversos povos. Nesse sentido, para Choay (2001), o conceito sugere as mesmas dúvidas e urgências no conjunto dos países. A historiadora define o significado atual de patrimônio histórico em esfera planetária nos termos que seguem.

“A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos” (2001, p.11).

Na definição acima, o patrimônio histórico parece mesclar-se com o patrimônio cultural pela recorrência aos saberes e habilidades humanas. Mais adiante, na análise dos resultados da pesquisa, veremos que tal mescla se manifesta relacionada à tradição. Essa associação pode ser entendida como um reflexo da idéia de trabalho, que subjaz a ambas as instâncias – histórica e cultural– do patrimônio. A idéia de trabalho, por sua vez, é fortemente imbricada com o patrimônio cultural, e com a sua adaptação aos novos usos e significações. Assim sendo, participa da própria definição desse conceito por alguns autores, como é o caso de Durham (1984).

“Devemos conceber o patrimônio cultural como cristalizações de um ‘trabalhador morto’ que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um

novo ‘trabalho cultural’, através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações. Aliás, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais ricas serão as possibilidades de sua utilização futura” (In: Arantes, 1984, p. 30-31).

Em termos legais, o patrimônio cultural recebe da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1987) as seguintes definições:

“- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua **arquitetura, unidade ou integração na paisagem**, tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” [Grifo nosso].

A conceituação dada pelo artigo supracitado abriga o fundamento, em termos de patrimônio cultural, da justificativa do título concedido a Olinda pela UNESCO. Nele salienta-se, em negrito, o que remete à singularidade do modo como o conjunto construído do Sítio Histórico se insere em meio à vegetação. O texto grifado igualmente remete à conjunção da dádiva das sete colinas naturais com o talento do homem português em nelas edificar uma cidade que, em seu traçado todo sinuoso, evoca e atualiza aquela dádiva natural (Lordello, 2005).

Quanto à conservação, é necessário conceituá-la em seu sentido mais geral, porquanto ele é fortemente vinculado, no senso comum, à representação social de patrimônio histórico. Nesse sentido, segundo Jukilehto (2002, p. 11-19), a conservação pode ser entendida como “o termo geral para a salvaguarda e proteção do patrimônio histórico, e como a ação de prevenção da sua decadência”, englobando todos os atos para prolongar a vida do patrimônio cultural e natural. Prossegue o autor reforçando que tal conceito é tomado como um termo geral relativamente à proteção do patrimônio cultural e natural, incluídas as áreas históricas e as paisagens culturais.

Ainda segundo Jukilehto, a conservação é um problema eminentemente cultural, assertiva que se justifica inicialmente pelo fato de os patrimônios serem produtos de culturas que necessitam ser estudadas e compreendidas. Desenvolve-a argumentando sobre a necessidade de um processo de aprendizado que conscientize acerca dos valores relevantes e do modo como esses se associam ao patrimônio, e finaliza com o seguinte arrazoado: “A conservação é um problema cultural, também, porque existe uma necessidade **de se estabelecer uma comunicação com outros membros da sociedade e uma base para a partilha e implementação de tais valores**” [Grifo nosso].

Transcreve-se esse argumento conclusivo, nele sublinhando o trecho referente à comunicação, porquanto seu conteúdo reforça o que foi outrora dito sobre a pertinência de se estudarem as representações sociais para se estabelecer uma dialogia com o senso comum. Antevê-se, pois, neste estudo, uma possibilidade de compartilhar e pôr em prática aqueles valores.

Cabe lembrar que quando se trata de valores, estamos lidando com algo simbólico, o que, mais uma vez, avoca a pertinência do estudo das representações sociais para compreender os valores associados ao patrimônio e à conservação. O próprio Moscovici assinala que o status dos fenômenos da representação social é um status simbólico: “No seu limite, é o caso de fenômenos que afetam todas aquelas relações simbólicas que uma sociedade cria e mantém e que se relacionam com tudo o que produz efeitos em matérias de economia ou poder” (2004, p. 216).

De igual modo, para compreender as dificuldades de conservação desses valores e tentar enfrentá-las, é preciso considerá-las como socialmente produzidas. Sendo assim, elas refletem o senso comum também em relação ao patrimônio cultural. Isso, mais uma vez, justifica o estudo de suas representações sociais como um meio para compreender o que pode motivar sua conservação.

O patrimônio histórico como representação social em Olinda

Olinda é uma cidade inserida no circuito turístico internacional, destarte, na cultura mundial. Seu sítio histórico foi tombado como patrimônio mundial pela UNESCO em 17 de dezembro de 1982. O que legitimou tal outorga, como anteriormente foi afirmado, foi a conjugação harmoniosa de seu conjunto construído com o seu sítio natural de implantação. Sendo esse título objeto de periódicas avaliações, vale a averiguação do que efetivamente o legitima e pode conservá-lo na atualidade.

Dito isso, passa-se à pesquisa empírica realizada entre os meses de setembro e novembro de 1998, no âmbito da pesquisa intitulada *Sistema de avaliação de impacto em estruturas ambientais de interesse histórico, artístico e natural*, financiada pelo CNPq. Cabe registrar que, embora os dados utilizados integrem o Relatório encaminhado a essa Instituição, as reflexões apresentadas neste texto são inéditas, particularmente, no que se refere à opção analítica adotada.

A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário a moradores da Região Metropolitana do Recife. O universo demarcado foi o conjunto de chefes de domicílios que possuíam telefone fixo naquele período, tendo sido selecionada uma amostra aleatória de 106 domicílios. A aplicação dos questionários foi precedida por contato telefônico, cujo propósito foi o de agendar a entrevista com o chefe de família. O valor da conta telefônica do domicílio, no mês da entrevista, serviu como referência para as perguntas sobre a disponibilidade de pagar pela conservação do sítio histórico de Olinda. Isso posto, passa-se à análise das questões formuladas.

Considerando o que outrora foi afirmado sobre representações sociais e senso comum, é primordial, para sua conservação, que ela seja conhecida e valorizada primeiramente pelos seus conterrâneos. Eis a demanda que pautou a formulação da pergunta inicial.

A resposta foi que Olinda é amplamente conhecida pela comunidade metropolitana, pois, como pode ser visto na Tabela 1, 96,2% dos entrevistados já estiveram lá e a reconhecem enquanto valor ao admitirem que a mesma deve ser conservada. A importância atribuída à necessidade de conservação é bastante significativa e se expressa no fato de 99,1% dos entrevistados se pronunciarem a favor da sua conservação. Os dados assinalam que, até dentre aqueles que não a conhecem, alguns se revelaram sensíveis à sua conservação.

Tabela 1
Posição quanto à conservação

RMR	Esteve em Olinda?				Olinda deve ser conservada?				Total	
	Sim		Não		Sim		Não		abs	%
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%		
Total	102	96,2	4	3,8	105	99,1	1	0,9	106	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Diante disso, a questão que imediatamente se coloca é o que mobiliza o desejo de conservação. A sua origem deve ser buscada no fato de a comunidade metropolitana do Recife ter gerado uma consciência de que Olinda constitui um patrimônio histórico. Eis,

portanto, onde ele surge como uma representação social. Comprovam-no, como tal, os dados que seguem.

Como pode ser observado na Tabela 2 que apresenta as razões que impulsionam os entrevistados a se posicionarem a favor da conservação, das 172 expressões utilizadas pelos 106 entrevistados, 61,6% referem-se diretamente ao patrimônio histórico.

Tabela 2
Motivos pelos quais Olinda deve ser conservada

RM	P. Histórico		Cultura		Estética		Turismo		N. resp.		Outros		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	abs	%	abs	%
Total	106	61,6	6	3,5	28	16,3	10	5,8	12	7,0	10	5,8	172	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

A expressão patrimônio histórico é, sem dúvida, a mais difundida, o que corrobora seu estatuto de representação social. Consta nos livros didáticos que a cidade é Patrimônio da Humanidade. A idéia vem sendo transmitida de geração a geração e, inclusive, é largamente utilizada pela mídia. Não sem razão, um dos entrevistados afirmou: “Desde menino que me ensinaram que Olinda é patrimônio, é história. Mesmo sem conhecer, ela já era importante para mim”. Evidentemente, tudo isso contribui para introjetar na população a necessidade de vê-la conservada, de senti-la ao mesmo tempo como patrimônio e como história.

Cabe lembrar que “Patrimônio”, no sentido mais antigo e original do termo, refere-se a tudo que tem valor objetivo e/ou subjetivo, valor que é admitido e sentido por meio de expressões como: “É uma cidade que tem valor, é única, a localização, a natureza que a envolve, de frente para o mar e a idade dela”. Cabe aqui atentar para o surgimento da palavra valor, um conceito de cabal importância para o apreço pelo patrimônio, sentimento que, por sua vez, se associa à estima por sua conservação.

A ocorrência de tal conceito naquele contexto torna-se ainda mais interessante por referir um valor predominantemente simbólico, pois formulado por um predicativo que singulariza Olinda (“única”). Mais ainda, pelo recurso à palavra natureza, posto que, tomado apenas por si mesmo, o vocábulo natureza já é demasiado simbólico, pois, entre tantos significados, comporta o do universo em conjunto com todos os seus fenômenos. O paroxismo da simbologia nesse valor é conferido pelo verbo envolver, denotando ser Olinda abraçada, protegida por aquele universo e seus fenômenos. Assim sendo, faz assomar o valor subjetivo do patrimônio. Por fim, há que se destacar a noção de tempo, ali valorizada pela expressão: “*a idade dela*”, o que encaminha o segundo conceito – histórico.

Cabe salientar que o termo histórico é aqui entendido nos mesmos termos com que Riegl (1984) define monumento. Refere-se a tudo aquilo que foi criado pelo homem e que apresenta características tais que o conservam vivo na consciência da presente geração, devendo também permanecer na das futuras, a lembrança de uma ação e sua destinação.

É, portanto, tudo aquilo que passou e que jamais pode ser reproduzido, denunciando o encadeamento do desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, os depoimentos dos entrevistados são ricos, revelando plena consciência da importância da história. Eis alguns dos mais significativos: “o nosso patrimônio deve ser conservado porque registra a nossa participação na história”; “não é apenas uma construção, é um registro histórico”; “quando vem o progresso não dá para imaginar como foi e quem lutou”.

É como se a história estivesse viva. Se 61,6% do total de expressões utilizadas pelos 106 entrevistados se referem ao *valor histórico* de Olinda, 16,3% dizem respeito ao seu *valor estético*. Dentre os depoimentos, destaca-se aquele em que a estética surge com força: “Beleza, o nome dado à cidade é o certo”. A questão que se coloca é se aqueles entrevistados, que conferiram um valor histórico a Olinda, o fizeram unicamente por esse motivo, ou se nas suas representações a cidade é também percebida como valor artístico. Sobre tal questionamento Riegl (1984, p.38-39) esclarece:

“É importante considerar que todo o monumento de arte, sem exceção, é simultaneamente um monumento histórico, na medida em que ele representa um estágio determinado da evolução das artes plásticas e que não é possível encontrar no sentido estrito um equivalente. Inversamente, todo monumento histórico é também um monumento artístico, pois mesmo um escrito, tão pequeno quanto uma folha de papel rasgada, contendo uma nota breve e sem importância, comporta, além do concernente à evolução da fabricação do papel, da escritura, dos meios materiais utilizados para escrever, etc., toda uma série de elementos artísticos: a configuração do papel, a forma dos caracteres e a maneira de os reunir. [...] Resulta que a distinção entre monumentos artísticos e monumentos históricos é não pertinente, os primeiros sendo incluídos nos últimos e se confundindo com eles”.

Da mesma forma, pode-se deduzir dos entrevistados –que alegaram que Olinda deveria ser conservada por causa do *turismo* (5,8% das 172 expressões verbalizadas)– que, nas suas representações, essa atividade econômica teria como fundamento o próprio valor histórico e artístico. Essa causa reverbera uma idéia já referendada pelo senso comum relativamente à viabilização econômica de se preservarem os bens culturais por meio do turismo. Tal idéia

remonta à modernidade, como já fora notado por Milet em trabalho dos anos 80 do século passado. Nele, a pesquisadora observa que o argumento pelo turismo se fundava em estatísticas de que os viajantes escolhiam, em suas visitas, os quarteirões antigos, ao invés dos conjuntos habitacionais modernos. Do mesmo modo, preferiam as cidades antigas às modernas. Para exprimir o resultado disso, vale a citação direta da autora: “Assim, chega-se à noção de que a memória é uma fonte de riqueza, e essa será a tônica principal da prática preservacionista contemporânea.” (Milet, 1988, p.77).

Acrescente-se, ainda, que 3,5% do total dos termos empregados por parte dos entrevistados refere-se ao *valor cultural*. Nesse caso, a razão de conservá-la se deve ao fato de a cidade constituir um elemento indispensável à preservação da memória. Embora seja pequena a representatividade acima citada, não se pode esquecer que o termo “patrimônio histórico”, por si só, já denota a preservação da memória. Assim, é interessante registrar a presença entre os entrevistados de pessoas com sensibilidade capaz de traduzir o significado primeiro do patrimônio –com capacidade de ver as coisas além do que elas são.

Como já se admite, preservar a memória é um fator imprescindível no processo de constituição da identidade coletiva de uma comunidade. Nesse caso, Olinda é a memória de um povo. Mais do que isto, ela é um símbolo de uma etapa particularmente marcante na evolução da história de Pernambuco, e até mesmo do Brasil. Degradar ou destruir Olinda seria como impedir de, mediante o contato com a sua materialidade, se rememorarem os tempos longínquos.

Olinda, portanto, constitui um bem cujo significado é imediatamente percebido por aqueles que possuem a sensibilidade de vê-la não somente tal qual ela é hoje, mas em seu aspecto simbólico: indecifrável, mas imensamente sentido. Nessa ótica é que ela convida a um aprofundamento da própria existência, manifestando-se como se fosse uma energia física fecundante, criadora e nutriz. Assim, como qualquer outro símbolo, ela exerce a função de unir o consciente e o inconsciente, o passado, o presente e o futuro, e, até, o sonho e o real. Em síntese, Olinda deve ser conservada. Através da história, a representação social dessa cidade foi se construindo, se materializando, atravessando gerações, mistura de realidade e de ficção, porque ao mesmo tempo história e desejo de eternidade. Olinda conheceu algumas transformações, mas sua essência física e simbólica está lá desde o início: uma cidade acolhedora em seu traçado tortuoso, pleno de largos; e tranqüila, verde, próxima da natureza. Nesse caso,

“A história não é nostalgia mas ponto de apoio, o futuro não é desconhecido mas construtível (...) Nenhuma necessidade de procurar uma essência, uma natureza, lá onde a história exerce plenamente esta função. A cidade é ainda, no seu artifício mesmo, o elemento natural do homem, o lugar privilegiado de sua sociabilidade, de sua capacidade histórica (...). A cidade encontra critérios estéticos, não em razão da imagem da criatura divina mas por causa do desejo de eternidade” (Ostrowetsky, 1983, p. 165).

Assim, Olinda, como sói ser toda cidade histórica, é um túnel de ida e volta do presente ao passado, do passado ao futuro, permanente e eterna.

Adentrando em Olinda, mais particularmente nos elementos que conformam o seu sítio histórico, pode-se depreender, pelas Tabelas 3, 4 e 5, quais deles se comunicam mais com a população, despertando um interesse de que os mesmos sejam conservados. Como a pergunta foi elaborada de forma aberta, as respostas permitiram um desdobramento em três tabelas, tornando possível uma distinção entre as expressões que se referem aos seguintes tópicos: conjuntos de elementos urbanísticos (Tabela 3), elementos urbanísticos não-nominados (Tabela 4) e, finalmente, elementos urbanísticos nominados (Tabela 5).

Tabela 3
Conjunto de elementos urbanístico que devem ser conservados

RMR	Conjuntos de elementos								Total	
	Paisagem		Casario		Praias		Ruas/Ladeiras		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Total	10	10,8	39	41,9	16	17,2	28	30,1	93	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Tabela 4
Elementos urbanísticos não-nominados que devem ser conservados

RMR	Elementos não-nominados								Total	
	Praças		Museus		Igrejas		Monumentos		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Total	9	16,1	4	7,1	38	67,9	5	8,9	56	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Tabela 5
Elementos urbanísticos nominados que devem ser conservados

RMR	Elementos nominados														Total					
	S. Bento		N.S.Carmo		Sé		Varadouro		Forte		S. Francisco		Farol		P. Preguiça		Prefeitura			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Total	13	14,1	3	3,3	43	46,7	9	9,8	6	6,5	6	6,5	5	5,4	3	3,3	4	4,3	92	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

É notável a importância conferida pela população a conjuntos de elementos urbanísticos. Somando os totais das três tabelas, dos 241 elementos citados, 38,7%, concernem a *conjuntos*, 38,1% a *elementos urbanísticos nominados* e 23,2% a *elementos urbanísticos não-nominados*.

Na Tabela 3, relativa aos *conjuntos*, sobressai o *casario*, representando 41,9% do total, acompanhado pelas *ruas e ladeiras*, cuja participação atingiu 30,1%. Os dados apontam claramente que o conjunto dos elementos confere a Olinda uma singularidade. São as ruas e ladeiras com as suas praças, casas e igrejas, em meio a uma paisagem tropical adornada por coqueiros e por um verde mar que, formando um ambiente mudo, exprimem um modo de vida. Expressam um cenário vivido no cotidiano das pessoas que ali habitam e deleitado pelos turistas.

Quanto aos *elementos urbanísticos não-nominados* (Tabela 4), chama particular atenção o elevado número de citações referentes às *igrejas* (67,9%). A preferência pelas igrejas se explica, de um lado, pelo expressivo número de templos religiosos existentes no sítio histórico e, por outro, pela força da tradição religiosa incutida na comunidade metropolitana. Não é de admirar que um dos entrevistados afirmasse que “não se destrói a casa de Deus”.

Dentre todas as igrejas, segundo a Tabela 5, sobressai a *Sé de Olinda* (46,7%), não apenas pela sua importância histórica e artística, mas também pela sua localização em um dos pontos mais elevados da cidade. Ela é a mais imponente, estando, em termos simbólicos, mais perto de Deus e, por extensão, da eternidade.

Se Olinda deve ser conservada porque é patrimônio histórico, os seus diversos elementos também devem, em decorrência de uma gama de motivos que mantém uma estreita relação com a idéia maior de patrimônio histórico. Assim, não sem razão, segundo a Tabela 6, a *história* (56,2% do total das 130 expressões verbalizadas pelos 106 entrevistados) ocupa um lugar de destaque, acompanhada pela *estética* (13,1%).

Tabela 6
Motivos pelos quais os elementos urbanísticos devem ser conservados

RMR	Motivos														Total	
	História		Estética		Cultura		Singularidade		Turismo		Conhec.		Outros		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Total	73	56,2	17	13,1	6	4,6	4	3,1	6	4,6	12	9,2	12	9,2	130	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

É importante ressaltar a representatividade do termo *conhecimento* (9,2 %), revelando que a população confere a esses elementos um valor cognitivo ou, em outras palavras, considera-os

como rico material de transmissão de conhecimento. Segundo um dos entrevistados, os seus elementos devem ser conservados “para o estudo do passado, servindo de referencial histórico, para sabermos o que somos e seremos”. Tais dados, e as falas que o referendam, denotam que a importância de Olinda, como conjunto urbano e arquitetônico que espelha a tradição luso-brasileira de construir cidades, é legitimada pelos respondentes. Corroborando, portanto, a ideia de mescla do patrimônio histórico com o cultural, como aventado na conceituação deste trabalho.

Ademais, ao admitir os elementos urbanísticos como um patrimônio cognitivo e um referencial histórico para as gerações futuras, os respondentes –mesmo sem o saber– subsumem o patrimônio histórico da cidade no sistema de conexão de gerações e na manutenção dos valores culturais, pois, como foi explicado por (Zancheti, 2003), “[...] reconhecer uma construção como uma herança social é criar um vetor de comunicação com comunidades futuras, e a transferência entre gerações do patrimônio construído é uma importante forma de manter os valores culturais nas sociedades”.

Prosseguindo a análise dos resultados, nota-se que os motivos *turismo* e *cultural* encontram-se com igual participação (4,6%). Quanto ao primeiro, os entrevistados reconhecem nesses elementos o seu valor econômico, ou seja, o seu potencial de gerar emprego e renda que, evidentemente, tem como fundamento o valor histórico. Tal questão foi analisada acima, quando foi realçado que o turismo, como viabilidade para a preservação, ecoa uma ideia circulante no senso comum desde a modernidade.

No que se refere ao segundo termo, *cultural* –embora igualmente sem grande participação no conjunto dos motivos que justificam a necessidade de conservação dos diversos elementos que compõem Olinda–, revela a impossibilidade de separar o significado dos termos história e cultura. Eles estão fortemente imbricados, inseparáveis, particularmente quando se considera que ambos remetem à memória e, portanto, à identidade. Nesse sentido, é bastante ilustrativo o depoimento de um dos entrevistados. “Preservar a cultura para não perder a identidade. Faz parte da cultura, as mulheres que vendem tapioca, os artistas, os coqueiros. Um povo sem raiz não é ninguém”.

Quanto à *utilidade* (Tabela 7), 82,6% dos entrevistados, ou seja, 78 dos 106 entrevistados reconhecem que os elementos têm uma utilidade para si mesmos e/ou suas famílias. Considerando esse grupo, a mostra que a expressão *lazer* se destaca entre os termos mais utilizados (28,2%), sendo acompanhado pelas expressões: *história* (17,9%), *religião* (15,4%), *turismo* (11,5%), e *conhecimento* (10,3%).

Tabela 7
Utilidade atual para as famílias

RMR	Utilidade															
	História		Turismo		Lazer		Religião		Conhec.		Cultura		Outros		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total	14	17,9	9	11,5	22	28,2	12	15,4	8	10,3	6	7,7	7	9,0	78	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Olinda se desvela como lugar de lazer pelas suas praias, bares e restaurantes, carnaval e barracas de comidas típicas, bem como pela bela paisagem que descortina para o deleite de seus moradores e visitantes. O lazer contemplativo revela-se com força: “Ir para a Sé, ficar apreciando a vista, comer tapioca”.

É notável perceber a sensibilidade de parte da população ao considerar a história como utilidade. Se isso acontece, é porque a história exerce, na verdade, a função de memória (cultura) e de conhecimento. Como ilustração disso, serão transcritos alguns depoimentos.

“A história acompanha a humanidade e pode fazer isso porque foi conservada”.
 “Um país sem memória não existe”. “Para a minha filhinha ter um conhecimento registrado do passado. Os monumentos são registros”. “Utilidade psicológica, pois nos sentimos parte de nossa história”.

A utilidade religiosa é revelada em várias falas, sendo as igrejas consideradas como “o lugar de elevação do espírito e de harmonia”, permitindo “ficar junto a Deus”. Assim, Olinda surge no imaginário coletivo, segundo um dos depoimentos, como “cidade mística”. Essa imagem é absolutamente justificável em decorrência da forte associação da cidade com a vida religiosa. Associação manifesta pelas várias igrejas das diferentes ordens religiosas, por suas práticas – missas, vigílias, ofícios, sempre acompanhados de cantos–, e pela própria presença cotidiana dos monges e freiras na paisagem humana que caracteriza a cidade. Práticas essas, que evocam, ainda, a idéia de tradição, por sua transmissão no tempo. Desse modo, nos devolvem também à mescla do patrimônio histórico, aqui representado pela construção física (igreja) e patrimônio cultural (as práticas, a tradição).

Tomado, desta feita, como utilidade, o turismo aparece, para uma parte da população, como fonte geradora de emprego e renda e, assim, contribui para o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, um dos entrevistados enfatiza que “*deveria ser criado um pólo turístico, pois lucra, e com o dinheiro teria mais condições de ser conservada. Seriam galerias de arte, ateliês de pintores. Não só restaurantes*”.

No que se refere à utilidade futura para a família, os dados da Tabela 8 permitem verificar que 54,7% dos entrevistados admitiram que os elementos urbanísticos serão futuramente úteis. Dentre todas as utilidades, sobressai o item *novas gerações* (11,3%), um item que, em si, não constitui uma utilidade, mas revela o zelo de parte da população em transmitir aos seus descendentes um potencial de escolhas em termos de utilidade. Nesse caso, o valor de *opção* aparece no seu estado puro, sendo, no entanto, tributário, ou melhor, síntese dos demais valores. Em 1964, Bentivegna, W. identificou o valor de *opção* e Henry (1974) o sistematizou nos seguintes termos: o valor de *opção* é um valor dado por possíveis consumidores de bens ou serviços para preservar a possibilidade (a opção) de consumi-los ou usá-los no futuro. “[...] Está ligado ao potencial de escolhas que é um conjunto de todas as alternativas possíveis que, mesmo que não escolhidas por indivíduos naquele momento permanecem, entretanto acessíveis, afetando, assim, seu comportamento. Respeitar o valor de *opção* é uma maneira de limitar as conseqüências da irreversibilidade pois tem a propriedade de explorar informações que não estão disponíveis no momento” (apud Lacerda, N., 2002, pp. 59-70). Assim, os elementos urbanísticos não podem ter um uso que ponha em jogo a sua *existência*.

Tabela 8
Utilidade futura dos elementos para as famílias

RMR	Utilidade														Total									
	Sim												Não				Não sabe							
	História		Turismo		Conhec.		Religião		Lazer		Cultura		N. gerações		Outros		Total							
Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%					
Total	9	8,5	7	6,6	11	10,4	6	5,7	6	5,7	3	2,8	12	11,3	4	3,8	58	54,7	23	21,7	25	23,6	106	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

A “utilidade” *novas gerações* é acompanhada, em termos de participação no total, pela utilidade *conhecimento*, que atinge um percentual de 10,4%. Tal participação é notável, revelando que parte da população reconhece o valor cognitivo dos elementos urbanísticos, cujo fundamento é sua própria existência. Esses elementos devem conservar a sua materialidade o mais próximo possível daquela que foi relegada pelas gerações passadas, de forma que sirvam para a atual e as futuras gerações como instrumentos de conhecimento.

Quanto ao uso que se deve dar, atualmente, aos elementos urbanísticos, 90,6% dos entrevistados (96 dos 106) se expressaram sobre esse tema. Desse grupo, conforme a Tabela 9, depreende-se que das 108 expressões utilizadas, 57,4% dizem respeito à *manutenção do uso atual*, sendo acompanhado pelo uso *cultural* (13,0%) e do *turismo* (10,2%).

Tabela 9																
Uso atual que deve ser dado aos elementos																
RMR	Uso															
	Manter		Turismo		Conhec.		Religião		Lazer		Cultura		Outros		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total	62	57,4	11	10,2	6	5,6	2	1,9	7	6,5	14	13,0	6	5,6	108	100
Fonte: Pesquisa direta: 1998.																

No que concerne à posição da sociedade quanto à contribuição para conservar os elementos urbanísticos, 84,9% dos entrevistados, segundo a Tabela 10, consideram que a mesma deve colaborar. No entanto, quando indagados sobre a própria disposição de cooperar, conforme os dados da Tabela 11, mais da metade (55,7%) responderam afirmativamente.

Tabela 10
Posição da sociedade quanto à contribuição

Sim		Não		Total	
Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
90	84,9	16	15,1	106	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Tabela 11
Disposição de contribuir das famílias

Sim		Não		Total	
Abs.	%	Abs.	%	abs.	%
59	55,7	47	44,3	106	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Sumarizando: se 99,1% (Tabela 1) dos entrevistados consideram que Olinda deve ser conservada e 84,9 % (Tabela 10) afirmam que a sociedade deve contribuir, apenas 55,7% responderam que estão realmente dispostos a fazê-lo sob a forma de uma contribuição.

De qualquer modo, a elevada participação dos que não querem colaborar (44,3%) poderia denotar que o patrimônio histórico, como representação social, não se firma como uma causa passível de constituir um investimento por parte dos entrevistados. É provável que isso se deva às dificuldades financeiras do próprio cotidiano das pessoas entrevistadas, aliado à enorme carga tributária que pesa sobre os rendimentos dos brasileiros. Essa contribuição possivelmente seria compreendida como mais um imposto.

No tocante aos setores da sociedade que devem contribuir, no total de referências (540), segundo a Tabela 12, 18,0% dizem respeito ao poder público municipal. Caso fossem agregados a esse percentual os moradores da área histórica (11,1%), os moradores que habitam fora dela (9,6%) e as ordens religiosas (12,0%), totalizaria 32,7%. Isso significa que parte expressiva das citações se relaciona à comunidade local. Quanto aos poderes públicos, os níveis estadual e federal representaram, cada um, 16%.

Tabela 12																		
Setores da sociedade que devem contribuir																		
RMR	Setores																Total	
	Moradores da área		Moradores do município		Empresário		Ordens religiosas		P. público municipal		P. público estadual		P. público federal		Outros		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Total	60	11,1	52	9,6	85	15,7	65	12,0	97	18,0	88	16,3	91	16,9	2	0,4	540	100

Fonte: Pesquisa direta: 1998.

Dentre as justificativas para as respostas acima, a título de ilustração, destacam-se duas. A primeira refere-se aos moradores de Olinda: “Os moradores da área porque além de terem o benefício do turismo, ainda tem o prazer de viver em Olinda”. A segunda, ao justificar a contribuição por parte das ordens religiosas e como ela poderia ser feita: “Todos deveriam contribuir da forma que puderem. As ordens religiosas, por exemplo, poderiam contribuir na parte da educação, da conscientização sobre o patrimônio”.

No entanto, se o conjunto dos recursos para financiar a conservação de Olinda deveria ter o arranjo expresso pela Tabela 12, por sua vez, a Tabela 13 atesta: 28,3% das citações dos entrevistados, quando questionados sobre a forma de contribuição, apontaram a cobrança de *ingressos* para visitar os monumentos. Isso por si só assinala, como origem dos recursos, os visitantes dos mesmos. De qualquer forma, uma parte significativa das respostas refere-se a um adicional aos *impostos* (19,5%), à *conta de luz* (14,6%), à *conta de água* (10,7%) e à *conta telefônica* (10,2%).

Tabela 13
Forma de contribuição

RMR	Forma da contribuição														N. respondeu		Total			
	Ingressos		Pedágios		Impostos		Conta de luz		Conta d'água		Conta de telefônica		Outros		Nenhuma		Abs.	%		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Total	58	28,3	18	8,8	40	19,5	30	14,6	22	10,7	21	10,2	10	4,9	6	2,9	0	0,0	205	100

Fonte: Pesquisa direta

Quanto à preferência em relação à forma de contribuição, a Tabela 14 considera o grupo de entrevistados dispostos a contribuir. Mesmo assim, ela mantém certa coerência com a questão anterior, o que é atestado pelo fato de 23,4% das preferências referirem-se à cobrança de *ingressos* para visitar os monumentos, e 18,2% a um adicional na cobrança de *impostos*.

Tabela 14																		
Preferência em relação à forma de contribuição																		
RMR	Forma da contribuição																	
	Ingressos		Pedágios		Impostos		Conta de luz		Conta d'água		Conta telefônica		Doação (dinheiro)		Outros		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total	18	23,4	3	3,9	14	18,2	4	5,2	4	5,2	4	5,2	11	14,3	19	24,7	77	100
Fonte: Pesquisa direta: 1998.																		

Finalmente, no que diz respeito à questão mais delicada, é notável perceber –pela Tabela 15, cujo objetivo é detectar um valor aproximado da contribuição tendo como base a conta telefônica– que 64,4% dos entrevistados –dispostos a colaborar– contribuiria com um percentual que varia de 5,01% a 10% da sua respectiva conta telefônica. Considerando o universo total da pesquisa, esses entrevistados representam 35,8%.

Tabela 15
Valor da contribuição

RMR	% do valor da conta telefônica																	
	0,1 a 1		1,01 a 2		2,01 a 3		3,01 a 4		4,01 a 5		5,01 a 6		6,01 a 10		N. respondeu		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total	3	5,1	6	10,2	0	0,0	2	3,4	1	1,7	15	25,4	23	39,0	9	15,3	59	100
Fonte: Pesquisa direta: 1998.																		

Os resultados apresentados confirmam que a comunidade metropolitana recifense gerou uma consciência de que Olinda deve ser conservada. Essa cidade surge como uma representação de tal monta que uma parte significativa está disposta a contribuir para conservá-la.

Conclusões

Tendo em vista a teoria das representações, conclui-se que a conservação aparece nos depoimentos dos entrevistados como um conceito apoiado pela representação social de patrimônio histórico. Assim sendo, ela reforça, ou melhor, endossa o patrimônio como representação social, bem como os diversos tipos de valores a ele associados. Vale dizer que a representação social (patrimônio histórico) ancora novas representações (conservação) e conceitos (valores).

Recorde-se que a amostra se restringiu aos habitantes da Região Metropolitana do Recife detentores de linhas telefônicas fixas –o que por si só os delimita dentro de um certo poder aquisitivo. Assim, embora o recorte espacial da pesquisa seja cingido a Olinda, provavelmente, se estudos semelhantes fossem estendidos a outras cidades patrimônio da humanidade localizadas no Brasil, os resultados se aproximariam. Afinal, a realidade socioeconômica dessas cidades é praticamente similar.

Portanto, a representação social de patrimônio impõe-se de tal forma que justifica que todos os esforços sejam realizados em nome de sua conservação.

Referências bibliográficas

- CONVENÇÃO APROVADA PELA CONFERÊNCIA GERAL EM SUA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO. Paris, 16 de novembro de 1972. In: CHAGAS, C. (Org.). *Patrimônio do mundo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, encarte.
- CHOAY, F. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.
- DURHAM, E. R. Texto II, in: ARANTES, A. A. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.23-58.
- JUKILEHTO, J. “Conceitos e idéias sobre conservação”. In: ZANCHETTI, S. (Org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: UFPE, 2002, p. 11-19.
- LACERDA, N. “Os valores das estruturas ambientais urbanas”. In: Jukka Jokilehto et al (Orgs). *Gestão do patrimônio cultural integrado = Gestión del patrimonio cultural integrado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002, pp. 59-70.
- LORDELLO, E. *Cidade real, cidade virtual: um estudo das representações sociais do Sítio Histórico de Olinda – PE na Internet*. (Projeto de tese). Recife: UFPE/MDU, 2005.
- MILET, V. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil*. Olinda: Prefeitura Municipal, 1988.
- MOSCOVICI, S. (1976: xiii). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004,
- OSTROWETSKY, S. *L’imaginaire batisseur – les villes nouvelles françaises*. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.
- RIEGL, Al. *Le culte moderne des monuments: son essence et sa gènesse*. Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- SOUZA, E. B. L. dos S. *A paisagem como poética visual e sua leitura na obra de João Cabral de Melo Neto*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2003.
- ZANCHETI, S. *Values, built heritage and cyberspace*. Recife: Conservação Urbana, 2003. Disponível em: <http://www.urbanconservation.org/leituras.htm>.